



A Missão Oeste do Brasil e a educação presbiteriana em Goiás: um legado no Vale do São Patrício (GO)

Johnatn José de Lima¹

Resumo: Diversas pesquisas já publicadas demonstraram que os presbiterianos são considerados pioneiros na educação protestante no Brasil. O investimento presbiteriano norte-americano na educação de fiéis e não fiéis cumpria, em um primeiro momento, o objetivo de suprir um problema social no Brasil do início do século XX – uma população carente de alfabetização – e em um segundo momento, o de favorecer o acesso individual à leitura bíblica, com ideais proselitistas. Este artigo tem por objetivo discorrer sobre o plano de expansão do presbiterianismo, engendrado pela Missão Oeste do Brasil (MOB) na região do Vale do São Patrício, em Goiás, o qual envolveu a implantação de instituições de ensino em vários municípios e distritos recém implantados no contexto do projeto varguista “Marcha para o Oeste”. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental foi possível considerar que 1) tais projetos se desenvolveram de forma pareada e oportunizada pelo projeto político de integração nacional, que colocou o estado de Goiás “na rota do progresso”; 2) tais instituições religiosas e de ensino tiveram papel preponderante da consolidação socioeconômica de distritos e municípios na região do Vale do São Patrício; 3) este movimento educacional impactou o trabalho missionário naquele contexto e para além dele, posto que outras escolas presbiterianas surgiram mais adiante em Goiás, e ainda na contemporaneidade, este legado é notório nas localidades que receberam a influência deixada pela missão.

Palavras-chave: Missão Oeste do Brasil; Presbiterianismo; Educação; Goiás.

Introdução

A Missão Oeste do Brasil (MOB) foi um projeto missionário da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PCUS) que, entre as décadas de 1920 a 1960, empreendeu a evangelização protestante no Estado de Goiás, dentre outros estados.

Os primeiros trabalhos da MOB em Goiás, sobretudo nas regiões sul e sudoeste do estado, coincidem com a primeira fase da inserção do estado ao projeto de integração e desenvolvimento nacional, com a criação da ferrovia e fundação de novas cidades ao longo de sua extensão.

Em seguida, os trabalhos iniciados a partir de 1939, sobretudo no Centro e Norte Goiano, coincidem com a segunda fase desse projeto nacional, representada pela Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e pela abertura da rodovia Belém-Brasília na área

¹Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás – Campus Morrinhos (PPGHIS – UEG).



destinada à colonização agrícola, na região atualmente denominada Vale do São Patrício, palco de atuação efetiva da missão norte-americana.

O plano de expansão do presbiterianismo, engendrado pela Missão Oeste do Brasil e efetivado por meio da passagem dos missionários, envolveu a compra de terrenos e de glebas de terras e a edificação de templos e instituições de ensino em vários municípios e distritos recém implantados, fatos que merecem ser mais explorados por meio de pesquisa oral e documental.

O objetivo desta pesquisa é identificar e refletir sobre como esta ação missionária presbiteriana se desenvolveu no compasso da Marcha Para o Oeste e como foi sua atuação espacialmente na região denominada Vale do São Patrício, que compreende os municípios goianos de Goianésia, Jaraguá, Itapuranga, Ceres, Itapaci, Rubiataba, Uruana, Rialma, Carmo do Rio Verde, Barro Alto, Nova Glória, São Luís do Norte, Rianópolis, Hidrolina, Santa Isabel, Santa Rita do Novo Destino, Ipiranga de Goiás, Pilar de Goiás, Guaraíta, Morro Agudo, Guarinos, Nova América e São Patrício; no recorte temporal que abarca o período entre as décadas de 1920 a 1960. Esse é um recorte ao qual se pretende dar mais ênfase, uma vez que há carência de bibliografia específica, mas em contrapartida, sua abrangência permite reunir fontes orais e documentais que possibilitam uma construção historiográfica sobre a atuação da MOB nessa região.

Há uma forte presença tanto de templos quanto de escolas, atuais ou já desativados, que, por não existir bibliografia específica, carece de coleta de fontes e melhor compreensão histórica. A história da atuação e influência da MOB nesse contexto de estruturação dos municípios da região merece ser contemplada por uma pesquisa que tenha base metodológica apropriada. Há eventos históricos que após a pesquisa, podem ganhar caráter de fatos históricos. Tais eventos estão fragmentados em documentos e narrativas individuais que, se reunidas, podem permitir o alcance dos objetivos propostos.

O papel da CANG no desenvolvimento do Vale do São Patrício

Segundo Teixeira Neto (2001), o ponto de partida da concretização desse ideal nacionalista na região do meio-norte goiano foi, no início dos anos 1940, com a criação das políticas de povoamento de Getúlio Vargas, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), inserida no projeto da 'Marcha para o Oeste', responsável pela ocupação e reocupação de muitas vilas no interior de Goiás.



A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) foi a primeira de uma série de oito colônias criadas pelo governo, tendo sido implantada em um terreno extremamente fértil – ainda inexplorado – na zona conhecida como Mato Grosso Goiano. Com a medida, a corrida migratória para o Estado avolumou-se substancialmente e a implantação da Cang foi responsável pelo assentamento de significativa parte dos imigrantes. Tanto que o geógrafo Faissol referiu-se à existência de “mais de 10 mil pessoas” na Cang em 1946 e, de fato, a população recenseada atingiu 29.522 habitantes em 1950, contingente relativamente significativo para menos de uma década de ocupação. (PADUA, 2007, p. 630).

Vale salientar que, de acordo com Arnold (2012), muitos colonos que ocuparam a cidade de Ceres eram presbiterianos, o que contribuiu para o rápido crescimento do presbiterianismo na região.

Segundo Pádua (2007), a distribuição dos lotes de terra ocorreu de forma gratuita numa área de aproximadamente 106 mil hectares, sendo que cada lote media de 20 a 30 hectares. Para a autora, a implantação da CANG foi de certa forma bem-sucedida, uma vez que o regime de pequena propriedade resistiu, ainda que temporariamente, fixando parcela dos imigrantes nessas glebas. Apesar da falta de distribuição de créditos aos pequenos produtores, da grande distância dos centros consumidores e da forte dominação do capital mercantil em Goiás, a implantação da CANG promoveu assentamento para milhares de pessoas, favoreceu o parcelamento de terras e a produção agrícola alimentar em Goiás de forma significativa na primeira metade do século passado.

De Anápolis, as mercadorias e as pessoas eram levadas de caminhão para o norte e para o oeste, num raio de cerca de 150 a 200 quilômetros. Aí derrubavam-se as florestas, cultivavam-se as roças, abriam-se estradas, construía-se casas e novos povoados surgiam em lugares que antes não estavam ocupados. Em outras palavras: a oeste enoroeste de Anápolis estamos numa zona pioneira, numa área dinâmica de povoamento em expansão. Aqui se pode estudar e observar a chamada Marcha para o Oeste. Os imigrantes vêm, cerca de 80%, do estado vizinho de Minas Gerais; os restantes 20% vêm de São Paulo, Bahia e outros estados. Os preços da terra, no campo e na cidade, subiram fantasticamente; as condições econômicas e sociais melhoraram, e uma atmosfera de esperança, energia e atividade penetrou na zona toda. (WAIBEL, 1958, p. 133).

Em consonância às colônias de povoamento agrícola, esteve a abertura da BR-153, como Estrada da Colônia, entre 1942 e 1948, em plena campanha da “Marcha para o Oeste”,



também chamada de “Transbrasíliana” e BR-14, no trecho entre as cidades de Anápolis e Ceres (1941-1944). O objetivo era ligar a Colônia Agrícola Nacional em Ceres ao sul de Goiás, criando um instrumento de comunicação entre as regiões e as cidades e iniciando um processo de deslocamento da modernização brasileira do Centro-Sul para o Centro-Oeste.

Segundo Waibel (1958), esse primeiro trecho da rodovia federal já foi um fator para efetivação do projeto de ocupação e integração. Até 1944 viviam na área somente cerca de 10 famílias na colônia; em julho de 1946 foram computadas aproximadamente 1.600 famílias, ou perto de 8.000 pessoas, das quais cerca de 75% eram de mulatos ou negros.

O trecho completo da rodovia designada como “Belém-Brasília” (que integra a BR-153) começou a ser construído em 1958, no governo do presidente Juscelino Kubitschek, e foi concluído em 1974. A estrada abriu caminho para a fixação de novas áreas no norte de Goiás, em terras da União. A população da região central de Goiás, por onde a estrada iniciou, foi chamada a ajudar e milhares de novos moradores chegaram ocupando os “vazios” do grande território, construindo cidades e trazendo o famigerado “progresso”.

Nos dias atuais, a “Belém-Brasília” [...] e a “Estrada do Boi” (GO-164), que liga a cidade de Goiás à BR-153 à altura de Alvorada do Tocantins, através do vale do médio Araguaia, já contam uma outra história: a das transformações mais recentes do espaço ocorridas em nosso Estado, sobretudo a partir dos anos 1940. Com toda evidência, elas foram, ao lado da Estrada de Ferro Goiás, os caminhos que maiores impactos produziram na vida socioeconômica e política dos Estados de Goiás e do Tocantins. Por exemplo: a “Belém-Brasília” tirou do isolamento em que se encontrava até praticamente os anos 1950 toda a Mesopotâmia goiana – a extensa região situada entre os rios Tocantins e Araguaia –, incorporando-a definitivamente à economia de mercado. (TEIXEIRA NETO, 2001, p. 61).

A implantação da rodovia federal tem uma grande influência no eixo de expansão e valorização do solo. Mesmo antes da pavimentação da Belém-Brasília (parte mais importante da BR-153 em território goiano-tocantinense), enquanto algumas cidades novas foram construídas às suas margens, outras foram “despertadas”, aumentando seu sítio original em direção à rodovia e moldando sua estrutura econômica em função do eixo rodoviário da Belém-Brasília. Esse fator teve impacto, sobretudo, na estratégia da PCUS, via Missão Oeste do Brasil, de inúmeras compras de terrenos nas áreas urbanas que se formavam nesse eixo da rodovia.



Conforme já foi constatado por Araújo (2004), os primeiros trabalhos da MOB iniciados no estado, sobretudo nas regiões sul e sudoeste coincidem com a primeira fase da inserção de Goiás ao projeto de integração e desenvolvimento nacional, representada pelos trilhos da ferrovia. O itinerário da missão abrangeu os municípios de Pires do Rio, Cachoeira, Ipameri, Goiandira, Catalão e Anápolis, seguindo a implantação das linhas e ramais ferroviários, região povoada, segundo Waibel (1958), por colonos particulares, pequenos lavradores que se valeram das vantagens das terras no entorno da ferrovia.

Em 1935, cinco anos depois da inauguração da nova capital, foi fundada pelo Reverendo Antônio Nunes de Carvalho, oriundo da cidade de Araguari-MG, uma Congregação Presbiteriana no então Município de Campinas (atual Setor de Campinas), sendo jurisdicionada pela Missão Oeste do Brasil, através do Reverendo David Lee Williansom, da Igreja Presbiteriana de Araguari, MG. Em 1939 teve início a construção do atual templo da Primeira Igreja Presbiteriana de Goiânia, localizado no setor central de Goiânia². Em suas ações sociais, a Primeira Igreja Presbiteriana de Goiânia fundou em 1951 o Instituto Presbiteriano de Educação (IPE). Essa foi uma das primeiras fases de expansão do presbiterianismo no Brasil, fato amplamente explorada por Araújo (2004), Muniz (2020), Ribeiro e Costa (2011), dentre outros.

Figura1: Missionários da Missão Oeste do Brasil, incluindo o Reverendo David Lee Williansom (primeira pessoa da direita para a esquerda, em pé). Fotografia tirada em dezembro de 1957. No verso, manuscrito, está o nome dos missionários.



Fonte: Acervo pessoal de Hélio de Oliveira Silva.

² Informação disponibilizada no sítio eletrônico da Primeira Igreja Presbiteriana de Goiânia: <https://pipg.org/Home/Historia>.



O ensino presbiteriano: Martha Little e a influência do método da Escola Nova

“*Uma escola junto a cada igreja*”! Este princípio fazia parte da filosofia de trabalho missionário dos presbiterianos em Goiás e em todo o Brasil.

Em sua tese de doutorado sobre o trabalho presbiteriano no estado da Bahia, Nascimento (2005, p. 20) ressalta o mesmo princípio encontrado tanto na literatura quanto no próprio desenvolvimento missionário presbiteriano como segue:

O projeto civilizador presbiteriano para o *hinterland* brasileiro possuía três eixos de ação: religião, educação e saúde. Criando instituições nas três áreas, aqueles mensageiros de Deus, se propunham em transformar o *hinterland* brasileiro numa região “civilizada”, procurando produzir um novo modo de viver na sociedade em que se estabeleceram. E a educação serviria de veículo para implementar sua proposta.

O movimento educacional impactou o trabalho missionário no contexto de expansão do presbiterianismo no Brasil e para além dele, posto que outras escolas presbiterianas surgiriam mais adiante em Goiás sob influência do legado deixado pelas primeiras missões. O investimento presbiteriano na educação de fiéis e não fiéis cumpria, em um primeiro momento, o objetivo de suprir um problema social – uma população carente de alfabetização – e em um segundo momento o de fazer com que o acesso individual à leitura bíblica se tornasse uma realidade. Pelo conjunto de ações educacionais assim como as ocorridas no estado de Goiás é que, segundo Seixas (2011), os presbiterianos são considerados pioneiros na educação protestante no Brasil.

É importante o entendimento de que tanto a ação proselitista focada nos meios diretos de evangelização, tais como a pregação e implantação de igrejas, quanto a ação indireta evidenciada pelo investimento em educação escolar, ocorreram a partir da relação de potencial desenvolvimento no estado de Goiás. Muniz (2020) afirma que até mesmo a escolha dos locais em que as escolas seriam fundadas seguia uma lógica de infraestrutura e desenvolvimento da região, que apontasse para um futuro promissor.

A educação escolar passa a ser um alvo dessa missão em razão de um cenário educacional desfavorável a qualquer projeto de desenvolvimento tanto da missão quanto do país. Essa circunstância conduziu o desenvolvimento de projetos educacionais presbiterianos em Goiás, cuja base estava no modelo educacional norte-americano e na estrutura



organizacional dessa igreja calvinista, trazendo consigo a própria experiência estadunidense, envolta no pensamento liberal, e nas ideias de modernidade, progresso e científicis mo.

Além da formação de professores e da implantação de escolas focadas na alfabetização infantil, a MOB concentrou investimentos na aquisição de livros didáticos, inicialmente apenas para os professores, depois para todos os alunos de todas as escolas. Havia uma política de custeio para as famílias que não tinham condições financeiras para adquirirem os materiais didáticos, os quais eram financiados pela Igreja local ou pela própria MOB (RIBEIRO; COSTA, 2011).

Segundo Ribeiro e Costa (2011), em 1948, com a chegada de Martha Little³ ao Instituto Bíblico Eduardo Lane (IBEL), o pragmatismo norte-americano e a utilização de métodos globais de alfabetização intensificaram-se. Ela já tinha tido experiência com escolas rurais em em Carnesville (EUA) e se tornou responsável pelo curso de formação de professoras rurais. Em 1954 tornou-se supervisora de todas as escolas paroquiais mantidas pela Missão Oeste do Brasil.

Em janeiro de 1948 Martha Little chegou a Patrocínio – MG e iniciou seu trabalho no Instituto Bíblico Eduardo Lane - IBEL. Com sua experiência de haver trabalhado como professora em escolas rurais em Carnesville, nos Estados Unidos, ela recebeu convite, em 1954, para trabalhar como supervisora e orientadora das escolas evangélicas situadas em Minas e Goiás. Eram ao todo 09 escolas em Minas Gerais: Brejão, Coromandel, Cupins, Lagamar, Paracatu, Porto (campo de Lagamar), Pindaíbas (campo de Brejão), São Domingos e Uberlândia. Em Goiás eram 08 escolas: Capim Puba, Crixás, Formoso, Goianésia, Rubiataba, Uruana, Uruaçu, Waldelândia. Logo depois outras escolas foram surgindo e havia 12 escolas em Minas e 09 em Goiás⁴. Havia 34 professores atuando nessas escolas sendo: 13 graduados no Instituto Bíblico Eduardo Lane, 12 com curso primário completo e 08 com Escola Normal. Ao todo eram 1079 crianças matriculadas nas escolas evangélicas da Missão Oeste. Martha Little iniciou seu trabalho procurando conhecer a realidade de cada escola e seus professores, cada localidade e cada igreja (MILLER, 2004, p. 1 *apud* RIBEIRO; COSTA, 2011, p. 4-5).

³Martha E. Little nasceu em 27/01/1920, na pequenidade de Carnesville (Georgia – EUA). Depois de se formar no ensino médio na Franklin County High School (28/05/1937), ela frequentou o Montreat Junior College e a Escola de Treinamento da Assembleia Geral nos Estados Unidos. Completou seus estudos na Presbyterian School of Christian Education, em Richmond, Virgínia.

⁴ Dentre as quais, 05 estavam em localidades do Vale do São Patrício.



De acordo com Ribeiro e Costa (2011), têm-se registros de que com crescimento das escolas e o surgimento de outras Martha Little retornou aos Estados Unidos para um curso pedagógico na Universidade de Geórgia, com o objetivo de se aperfeiçoar em novos métodos de ensino e avaliação, finalizado em 1965.

Além disso, Martha Little frequentava os cursos oferecidos pelo Estado de Minas Gerais e era uma pesquisadora contumaz da bibliografia dos educadores brasileiros, adotando uma postura profissional aos moldes da Escola Nova. Assim, atuava de forma significativa na formação das professoras formadas pelo IBEL, criando cursos teóricos de atualização pedagógica em Matemática, Linguagem, Leitura oral e escrita, Ciências, Educação Artística, Legislação de Ensino e Administração Escolar, nos quais também eram confeccionados diversos materiais didáticos, entre textos, livros e cartilhas, os quais seriam utilizados nas aulas. Algumas profissionais que se destacavam na educação em Minas Gerais foram convidadas para ministrar às professoras formadas no IBEL, dentre elas, Elza Moura, Magdala Lisboa Bacha, Bartolomeu de Campos Queiroz, Ana Maria dentre outros. Esses cursos de aperfeiçoamento ocorriam a cada dois anos no IBEL em Patrocínio, ou no Acampamento Boa Esperança em Ceres - GO, e contavam com a participação de todos os professores das escolas da Missão (RIBEIRO; COSTA, 2011).

Figura 2: Professoras em curso de formação do IBEL em Goiânia na década de 1960. Martha Little está no centro, entre as mulheres.



Fonte: Acervo pessoal de Hélio de Oliveira Silva.

A metodologia das escolas paroquiais diferenciava-se da metodologia da escola pública pelo uso de materiais concretos, pela participação do aluno, valorização da família e ensino voltado para vida prática. Essas escolas também foram pioneiras na implantação de classes de educação infantil, chamadas na época de Pré Primário, ou Primeiro Ano (nesse caso chamavam de Primeiro Ano Adiantado as turmas de primeira série), cursos



admissionais e o ginásio. O programa de alfabetização foi especialmente desenvolvido por Junia McMullan Berberian para as escolas evangélicas. O método de alfabetização era o fonético. Ensinava-se primeiro a letra manuscrita e depois a cursiva. (LITTLE, 2004, p. 01-02, *apud* RIBEIRO; COSTA, 2011).

Nesse processo de supervisão das escolas dos campos missionários, era prática recorrente a avaliação de ensino com foco no relacionamento das professoras com os alunos, com os pais e a comunidade. Nos treinamentos, havia ênfase na necessidade do ensino estar integrado à realidade do aprendiz e da comunidade, razão pela qual as professoras eram incentivadas a saírem com os alunos da sala de aula para a aprendizagem do meio ambiente e da realidade local. Artes, teatro, música, desenhos e jogos em geral também foram trazidos para a realidade local (RIBEIRO; COSTA, 2011).

Martha Little se dedicou à educação cristã nas escolas da MOB até 1983, quando a Missão terminou sua tarefa missionária no Brasil. Nesse contexto, os missionários que atuavam na implantação das igrejas também já haviam sido ou estavam sendo chamados a retornar aos EUA. Conforme o levantamento de Ribeiro e Costa (2011), registra-se que em 1962 havia 15 escolas em Goiás, 14 em Minas e 04 no distrito Federal, perfazendo um total de 33 escolas, 62 professores e 2500 alunos.

Figura 3 e 4: A esquerda, Martha Little ainda jovem, no início de seu trabalho na Missão. A direita, Martha Little no fim dos trabalhos da MOB.



Fonte: Acervo pessoal de Hélio de Oliveira Silva.

Martins e Tiballi (2017), concluíram que o processo educacional implantado na década de 1940 em Goiás foi marcado pelos ideais da escola nova, com ênfase em práticas educativas que atendiam aos propósitos políticos do governo de Getúlio Vargas.



As mudanças políticas ocorridas, acrescidas de um crescimento econômico que incorporava uma forma mais intensiva da produção, geraram uma expansão agrícola que passou a exigir um novo propósito educacional, pois surgiu a necessidade de modernizar e intensificar a produção agrícola de modo a inserir Goiás entre os grandes produtores do país. Para essa finalidade, fez-se urgente a implantação de um novo pensamento, um pensamento renovador, que efetivasse o ideal de crescimento econômico. Neste cenário, a educação passa a ser vista como uma necessidade para orientar o “novo sujeito” e a escola assume um papel fundamental para essa tarefa. Por meio da educação acreditava-se que ocorreria as transformações na sociedade. A escola passa a ser vista como o espaço privilegiado para a promoção de tais mudanças, uma escola redentora. Assim, o discurso político dos governistas passou a defender uma escola que atendia aos preceitos renovadores, que promulgasse o ideal que o Estado projetava. Uma escola que atendesse ao novo, que refutava o imobilismo, que acentuava os ideais de progresso, de iniciativa, inovação e de renovação, uma Escola Nova. (MARTINS; TIBALLI, 2017, p. 24-25)

Embora os intelectuais da Escola Nova constituísse um grupo heterogêneo, advindos de distintas matizes ideológicas e diferentes correntes político-partidárias, evidenciava-se entre eles vários pontos em comum, “como a defesa da escola pública e sua renovação, bem como a negação do ensino livresco, obsoleto e desvinculada da realidade local e nacional” (MARTINS; TIBALLI, 2017, p. 25). O ensino presbiteriano na região de estudo, como foi observado a partir da prática e atuação de Martha Little seguiu essa premissa.

Considerações Finais

A revisão bibliográfica efetuada até o momento permitiu compreender fatos históricos da Missão Oeste do Brasil, relacionando-os à própria história de desenvolvimento da nação, no contexto da integração territorial. Essa síntese nos permite admitir que religião, economia e política são campos distintos, porém, cujos escopos se inter-relacionam.

Por meio de pesquisa bibliográfica e documental foi possível considerar que 1) tais projetos de evangelismo se desenvolveram de forma pareada e oportunizada pelo projeto político de integração nacional, que colocou o estado de Goiás “na rota do progresso”; 2) tais instituições religiosas e de ensino tiveram papel preponderante da consolidação



socioeconômica de distritos e municípios na região do Vale do São Patrício; 3) este movimento educacional impactou o trabalho missionário naquele contexto e para além dele, posto que outras escolas presbiterianas surgiram mais adiante em Goiás, e ainda na contemporaneidade, este legado é notório nas localidades que receberam a influência deixada pela missão.

Faz-se necessários estudos que aprofundem no levantamento e análise 1) dos registros deixados pela MOB, tais como os documentos de financiamento e compra de terrenos e da construção de prédios para fins religiosos e educacionais; 2) fim da atuação da MOB no Vale do São Patrício; e por fim 3) na continuidade da evangelização por meio destas instituições iniciadas pelos trabalhos da MOB em Goiás.

Referências

ARAÚJO, Ordália Cristina G. **História do Protestantismo em Goiás - 1890-1940**. 198 fls. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2004.

ARNOLD, Frank L. **Uma Longa Jornada Missionária**. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.

MARTINS, Luciana da Silva; TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. A educação em Goiás após 1930: entre os ideais do manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) e do Estado Novo. **Revista Científica de Educação, Inhumas**, v. 2, n.1, p. 19-34, Jan./Jun. Disponível em: <https://seer.facmais.edu.br/rc/index.php/RCE/article/view/16/14>. Acesso em 27 nov 2023.

MUNIZ, Tamiris Alves. **Educação Protestante em Goiás: entre modernidade e tradição nos institutos Samuel Graham – Jataí e Granbery – Pires do Rio (1942-1963)**. 351 fls. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. **Educar, Curar, Salvar: uma ilha de civilização no Brasil Tropical**. 246 fls. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

PÁDUA, Andréia Aparecida Silva de. A sobrevida da Marcha para o Oeste. **Estudos**, Goiânia, v. 34, n. 7/8, p. 623-643, jul./ago. 2007. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/view/402/333> . Acesso em: 20 mar. 2021.

RIBEIRO, Viviane; COSTA, Cristiane Silva. Métodos de alfabetização das escolas paroquianas presbiterianas: Escola Simonton, Unai – Minas Gerais (1956-1976). **Anais...VI Congresso Brasileiro de História da Educação**. SBHE, Vitória, 2011.

SEIXAS, Mariana Ellen Santos. **Igreja Presbiteriana no Brasil e na Bahia: instituição, imprensa e cotidiano (1872 – 1900)**. 193 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.



TEIXEIRA NETO, Antônio. Os caminhos de ontem e de hoje em direção a Goiás-Tocantins. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 51 – 70, jan./jun. 2001. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/4206/3682>> . Acesso em: 13 mar. 2017.

WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.